

rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"A teoria se converte em uma força material tão cedo seja apreendida pelas massas". (KARL MARX)

Órgão central da União Reconstrução Comunista (URC)

rumosdaluta@gmail.com

Número #39

JANEIRO/2026

Feminicídios expõem desigualdades de classe e limites das leis no capitalismo no Brasil



página 7

MAIS UM ANO ELEITORAL, MAIS UM ANO DE ATAQUES AO POVO

O enfrentamento dessa situação coloca a necessidade de retomar lutas unificadas da classe trabalhadora, por um programa de mudanças que inclua a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais sem redução de salários, o salário igual para trabalho igual, a reforma agrária e a ampliação dos serviços públicos, para atender as necessidades de todo o povo. Mas para que isso ocorra, é necessária a reconstrução de organizações comprometidas com a execução desse programa e dispostas a mobilizar as massas trabalhadoras para realizá-lo.

LEIA O EDITORIAL NA PÁGINA 2

Como sociedade, nós ficamos ou não melhores com o tempo?

leia na página 8

Moradores de Vila Esperança enfrentam descaso dos governos no Espírito Santo

NACIONAL página 3

MRLT promove ato no Acampamento Ondina Dias

NACIONAL página 3

Trabalhadores de Portugal fazem greve geral contra Reforma Trabalhista

INTERNACIONAL página 6



A organização sindical dos empregados públicos da EBSEH: histórico, disputas e desafios contemporâneos

Leia o documento nas página 4 e 5



MAIS UM ANO ELEITORAL, MAIS UM ANO DE ATAQUES AO POVO

Todos os anos, em nosso país, assistimos a massacres promovidos pelo poder público a serviço da classe dominante. É mais um exemplo o ocorrido no Rio de Janeiro recentemente, com dezenas de mortos.

Divulgamos em edição anterior de Rumos da Luta, relatório sobre violência e conflitos no campo brasileiro e também noticiamos a situação de centenas de famílias sem-teto que ocupavam área denominada Vila Esperança, em Vila Velha, no Espírito Santo.

O que esses fatos tem em comum? Eles mostram que os grandes problemas que atingem milhões de cidadãos brasileiros, continuam sem solução.

A necessária reforma agrária, continua esperando um governo que a faça, pois sem a sua realização, as famílias continuarão migrando para áreas urbanas, aumentando o número de sem-teto. E nas cidades, viverão em habitações indecentes, em favelas e em cortiços ou, simplesmente, se tornarão moradores de rua.

Nessas condições, desempregados, em situação degradante, se tornam

vítimas do aliciamento para trabalharem no tráfico de drogas, trabalho esse que se liga a outras tantas situações aviltantes. As “cracolândias” estão para evidenciar as consequências desse processo.

E a polícia do Estado burguês, corrupta e aliada aos chefes do tráfico, de vez em quando, para disfarçar a sua cumplicidade e tentar aparentar diferenças partidárias, promove tais massacres, para dividir a população e angariar votos para certas legendas nas próximas eleições.

É isso o que se passou no Rio de Janeiro, como demonstra matéria desta edição e outras que publicamos em edições anteriores.

E os ataques não param. Passou a tramitar no fim de 2025, na Câmara dos Deputados, uma proposta de reforma administrativa, a PEC 38/2025, que, se aprovada, vai piorar ainda mais a situação do conjunto dos trabalhadores brasileiros. Nesse caso, entre outras coisas, trata-se de precarizar os vínculos empregatícios e transformar salários em subsídios.

O enfrentamento dessa situação coloca a necessidade de retomar lutas

unificadas da classe trabalhadora, por um programa de mudanças que inclua a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais sem redução de salários, o salário igual para trabalho igual, a reforma agrária e a ampliação dos serviços públicos, para atender as necessidades de todo o povo.

Mas para que isso ocorra, é necessária a reconstrução de organizações comprometidas com a execução desse programa e dispostas a mobilizar as massas trabalhadoras para realizá-lo. É necessária a reconstrução de um partido revolucionário do proletariado no Brasil e em consequência, a reconstrução de um movimento sindical que defenda e lute pelos interesses de classe do proletariado brasileiro, sem subordinação aos partidos da ordem burguesa, quaisquer que sejam eles. Somente assim se poderá combater a fascistização da sociedade brasileira e que também avança em outras partes.

Desejamos a todas as pessoas que lerão essas linhas que o ano de 2026 seja de lutas e vitórias para a classe trabalhadora do Brasil e de todos os países.

Moradores de Vila Esperança enfrentam descaso dos governos no Espírito Santo



Conforme noticiamos em edição anterior, aproximadamente 800 famílias, que viviam em Vila Esperança, ficaram desabrigadas, com a reintegração de posse ocorrida recentemente. Parte dessas famílias estão alojadas em Ponta da Fruta, localidade perto de onde viviam. Esta situação mostra o descaso dos governos com a situação habitacional de boa parte do nosso povo, que precisa optar entre comer ou pagar aluguel. Os governos não apresentam soluções e ainda pioram uma situação que já estava ruim. Depois da reintegração de posse, muitas crianças ficaram sem estudar, já que tiveram de ir para lugares distantes de suas escolas. Apesar das dificuldades, lideranças de Vila Esperança continuam trabalhando para obterem apoio na luta por condições decentes de moradia.

MRLT promove ato no Acampamento Ondina Dias

No dia 13 de dezembro realizou-se um ato promovido pelo Movimento de Resistência e Luta pela Terra (MRLT) no Acampamento Ondina Dias, no Espírito Santo. Além do ato político, houve também apresentações musicais. A atividade teve início pela manhã e foi até a noite. Luciana Bernardes participou da mesa que discutiu a conjuntura, representando o Jornal Rumos da Luta. Os acampados enfrentam situação difícil, pela falta de apoio governamental, mas seguem firmes, buscando apoio em diferentes setores da sociedade, para conquistar a terra e nela, condições dignas de vida, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do país.



SARAU DA ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA CORRENTE LIBERTADORA

No dia 29 de novembro de 2025, a Associação de Capoeira Corrente Libertadora realizou atividade cultural. Na programação teve sarau, exposição sobre Carolina de Jesus e apresentações musicais. A entidade oferece curso de capoeira e está aberta aos interessados. Ela funciona na Rua Cerqueira César, 185, no centro de Santo Amaro em São Paulo.

FERNANDO DO Ó, PRESENTE!

O camarada Fernando do Ó Veloso faleceu no dia 19 de dezembro em São Paulo. Fernando do Ó foi militante da Oposição Metalúrgica de São Paulo e teve participação destacada também nas lutas contra o desemprego nos anos 70 e 80, sendo que nessa frente de luta ele permaneceu até o final, impulsionando iniciativas pela tarifa zero nos transportes públicos. Vivia no Zona Sul da capital paulista, onde se estabeleceu desde sua chegada do Ceará, no início dos anos 70. Fernando do Ó foi militante do PT e depois do PSOL. Fazia parte do grupo Raízes Socialistas. Deixa para as novas gerações, um legado de compromisso e coerência na luta pelo socialismo. À família e aos amigos, apresentamos as nossas condolências.



A organização sindical dos empregados públicos da EBSEH: histórico, disputas e desafios contemporâneos

A criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) em 2011, inaugurou um novo modelo de gestão dos hospitais universitários federais, produzindo impactos significativos nas relações de trabalho no âmbito da saúde pública. Desde seu nascedouro, a empresa passou a empregar trabalhadores sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), coexistindo com servidores públicos regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), o que aprofundou contradições históricas entre capital e trabalho no setor público.

Nesse contexto, emergiu a organização sindical específica dos empregados públicos da EBSEH, materializada na criação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Empresas Públicas de Serviços Hospitalares (SINDSERHs), atualmente presentes em mais de 13 estados brasileiros e filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS).

Analisar o processo histórico de constituição desses sindicatos, as disputas de representação sindical, os impactos do financiamento público da saúde e os desafios enfrentados pelos trabalhadores da EBSEH na luta por direitos econômicos, sociais e por um Sistema Único de Saúde (SUS) público e universal é necessário para encontrar uma saída para os problemas que os trabalhadores vêm enfrentando ao vender sua força de trabalho para produzir saúde para a população, em sua maioria de baixa renda, sem possibilidades de buscar no setor privado, condições para a saúde de suas famílias.

A criação da EBSEH e o reordenamento dos hospitais universitários

A EBSEH foi instituída pela Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como

empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União. Sua criação está diretamente relacionada ao Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), instituído pelo Decreto nº 7.082/2010, cujo objetivo era criar condições institucionais e materiais para o pleno funcionamento dos hospitais universitários federais no ensino, na pesquisa e na assistência à saúde.

O REHUF foi implementado em um cenário de crise estrutural da saúde pública, caracterizado pela precarização da assistência hospitalar, redução de leitos, ausência de concursos públicos e deterioração das condições de trabalho. Como resposta a esse quadro, o Estado adotou a contratação celetista como alternativa para recomposição da força de trabalho, alterando profundamente o perfil dos vínculos laborais nos hospitais universitários.

A insuficiência de financiamento público impactou diretamente o acesso da população aos serviços hospitalares, resultando em longas filas de espera e óbitos evitáveis. Tal realidade contrariava os princípios do SUS e, simultaneamente, favorecia a expansão dos planos privados de saúde, fortalecendo o setor financeiro e aprofundando desigualdades no acesso à assistência à saúde.

A luta dos empregados públicos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) remonta ao próprio processo de criação da empresa, em 2011. Desde então, observa-se, em âmbito nacional, a constituição de sindicatos específicos representativos dos empregados públicos celetistas da EBSEH, denominados Sindicatos dos Trabalhadores de Empresas

Públicas de Serviços Hospitalares (SINDSERHs). Tal processo expressa as contradições inerentes à relação capital-trabalho, que repercutem nas condições de vida, de trabalho e na inserção de classe desses trabalhadores no conjunto da sociedade. Atualmente, existem mais de 13 SINDSERHs filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), consolidando uma organização sindical própria, distinta das entidades tradicionais do funcionalismo público federal.

Em 30/09/2025 foi realizada a Audiência Pública da Comissão de Administração e Serviço Público na Câmara de Deputados para discutir a necessidade de reestruturação, enquadramento, valorização e fortalecimento da carreira dos empregados públicos da EBSEH e compareceu a Diretora de Gestão de Pessoas da EBSEH representando o Ministério da Educação, Luciana de Gouveia Viana e informou que a empresa está presente em 24 (vinte e quatro) Estados e em 45 hospitais e em média com 80 mil trabalhadores, considerada como a maior empresa pública de hospitais no hemisfério sul. Informou ainda que o processo de trabalho da EBSEH gera mais de 378 mil internações através de 9.433 leitos, com a participação de 9.427 residentes, 55 mil alunos de graduação, 5.652 pesquisas cadastradas e com um orçamento anual de 16,1 bilhões. A diretora informou ainda, que a força de trabalho efetiva se constitui de 50.170 empregados públicos, sendo a maioria, (15.789) técnicos de enfermagem, (11.131) médicos, (8.465) enfermeiros, (5.073) empregados assistenciais de nível superior, (4.211) administrativos de nível técnico, (1.081) analistas administrativos, (825) administrativos de nível superior e

(434) assistentes sociais. Outros 19.121 são do (RJU) Regime Jurídico Único, totalizando 69.291 trabalhadores. Devido a dificuldade de profissionais da medicina, tais como: neonatologista, terapia intensiva, oncologista, anesthesiologista, cirurgia cardíaca, cirurgia pediátrica, neurocirurgia, foram contratados esses trabalhadores por processo seletivo e terceirização como solução para a concorrência com o mercado privado da saúde. A diretora informa ainda como avanços econômicos os reajustes salariais em (2023 de 4,92%), (2024, 3,09%), e (2025, 6,28) e de alimentação, (2023 - R\$ 660,09) (2024 - R\$800,00), e (2025 - R\$1000,00), avanços estes obtidos à custa de greves e paralisações com muita determinação dos empregados públicos (omitidos pela Diretora) e que ainda não refletem em ganho real mas somente reposição inflacionária.

Origem e consolidação dos SINDSERHs

O primeiro SINDSERH foi fundado em 2015, no estado do Rio Grande do Norte, e teve papel relevante nas mobilizações nacionais durante os processos de negociação dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs). Essas mobilizações resultaram em avanços pontuais nas cláusulas econômicas e sociais, além de fortalecerem a identidade coletiva dos empregados da EBSEH. A ampliação dos SINDSERHs em outros estados, especialmente naqueles em que Universidades Federais aderiram à gestão da EBSEH em seus HUs - Hospitais Universitários, contribuiu para a construção de uma representação sindical com maior capacidade de negociação. Essa organização não se limita à defesa de direitos trabalhistas, mas também se articula à defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto política pública universal, gratuita e de qualidade, entendida como conquista histórica da classe trabalhadora. Essa perspectiva classista diferencia essas entidades de outras organizações sindicais alinhadas a projetos governamentais, reforçando a centralidade do financiamento público da saúde como pauta estratégica.

Organização sindical e disputas de representação

A constituição dos SINDSERHs ocorre em meio a intensas disputas com entidades sindicais tradicionais do funcionalismo público federal, especialmente aquelas vinculadas à Confederação dos Servidores Públicos Federais (CONDSEF). Essas disputas expressam divergências estruturais entre regimes de trabalho distintos (CLT e RJU) e estratégias sindicais igualmente distintas.

Em diversos estados, registram-se tentativas de inviabilização da criação de sindicatos próprios dos empregados da EBSEH, apesar da garantia constitucional da liberdade sindical. O caso do Espírito Santo ilustra esse conflito, marcado por denúncias de ausência de trabalho de base, falta de transparência financeira e fragilidade na defesa dos trabalhadores diante de situações como assédio moral, descontos indevidos em greves e paralisações e dificuldades na negociação dos ACTs. A ausência de prestação de contas e de planos de aplicação dos recursos sindicais, denuncia-

da por trabalhadores, pelo que os empregados insatisfeitos se uniram e em 29 de janeiro de 2024 e fundaram o SINDSERH-ES que nasceu com o objetivo de reforçar a importância da transparência e do controle democrático, princípios defendidos pelos SINDSERHs como elementos centrais de um sindicalismo classista, participativo e comprometido com as bases.

Aspectos legais e financeiros da representação sindical

A fundação de sindicatos segue ritos legais específicos, incluindo registro cartorial e solicitação de registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. A obtenção da carta sindical confere legitimidade à entidade para representar os trabalhadores e receber a contribuição sindical, cuja distribuição está prevista no artigo 589 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). com repasse anual do montante dos recursos arrecadados destinados as atividades sindicais previstos em 5% para as Confederações, 15 % para as Confederações e 60 % para os Sindicatos de base e os outros 20% restantes vão para o Fundo de Amparo ao Trabalhador, os recursos são repassados automaticamente para as instituições sindicais pela Caixa Econômica Federal. A transparência na aplicação desses recursos, apontada por trabalhadores, evidencia a necessidade de controle democrático na prestação de contas, princípios defendidos pelos SINDSERHs como elementos centrais de um sindicalismo classista que buscam sua organização pautada em seu Estatuto pelos direitos e deveres dos seus filiados. Perfil da força de trabalho e desigualdades estruturais

A força de trabalho da EBSEH é majoritariamente composta por mulheres, muitas delas negras, chefes de família e inseridas em categorias com menores salários, como técnicas de enfermagem e profissionais da assistência. A defasagem salarial e o aumento do custo de vida levam esses trabalhadores à adoção de jornadas extenuantes, buscando outras fontes de renda através da tripla jornada de trabalho, frequentemente superiores a 60 horas semanais, com impactos significativos na saúde física e mental. A participação expressiva das mulheres na organização e direção dos SINDSERHs constitui um diferencial dessas entidades, que buscam promover a equidade de gênero e classe nos espaços de poder, fortalecendo práticas democráticas e inclusivas.

Acordos coletivos, pandemia e limites da valorização do trabalho

Os processos de negociação dos ACTs têm sido marcados por limites estruturais. O acordo de 2019–2022 representou uma derrota para os trabalhadores, sob a justificativa da crise sanitária da COVID-19. Mesmo após mudanças no comando político do país e da empresa, os ACTs posteriores mantiveram reajustes restritos à recomposição inflacionária, sem ganhos reais.

No ACT de 2023, mesmo já tendo mudado a direção da Empresa com a indicação do médico sanitário Arthur Chioro na presidência da Empresa, mais uma vez as expectativas dos trabalhadores caíram por terra, o mesmo discurso burguês se re-

petia na prática, de que o governo era recente, o país estava em crise, que não teria como avançar nas propostas das cláusulas econômicas com aumento real de salário.

A mesma mão de ferro não atingiu os parasitas financeiros, o sistema bancário interno e externo que abocanha cada vez mais a riqueza do país, no período, como demonstrou o Jornal Estadão, os grandes bancos tiveram em 2022 o maior lucro nominal em 15 anos com aumento de 35% comparado com 2020 quando o lucro consolidado foi 61,62 bilhões. Em 2019 os bancos Bradesco, Itaú, Santander e Brasil somaram lucros de 81,5 bilhões e em 2021 81,63 bilhões. Pergunta-se o que o Banco produz pra lucrar tanto, enquanto o governo salda atualmente os 16,1 bilhões para a EBSEH que usa para folha de pagamento, custeio e investimento e nega aos trabalhadores aumento real de fato em seus salários. Podemos afirmar sem dúvidas que o Estado brasileiro é o comitê executivo da burguesia, como já dizia Karl Marx em 1848. Resolver este problema central está na ordem do dia.

Embora o trabalho dos profissionais de saúde tenha sido amplamente reconhecido durante a pandemia, esse reconhecimento não se traduziu em valorização material. Dados indicam que mais de 4,5 mil trabalhadores da saúde morreram no período, muitos por falta de condições adequadas de proteção, evidenciando a precarização do trabalho no setor.

As alterações posteriores no financiamento do REHUF, especialmente por meio dos Decretos nº 8.587/2015 ainda no governo Dilma e nº 10.434/2020 no governo Bolsonaro, subordinaram a execução orçamentária à disponibilidade de recursos, afetando negativamente tanto a assistência prestada quanto a valorização do trabalho nos hospitais universitários.

Outro impasse para o ACT 2026 é que é um ano eleitoral e a legislação proíbe até 180 dias das eleições que haja aumento de remuneração para o funcionalismo público e permite apenas recomposição da perda do poder aquisitivo pela inflação. Sendo assim, mais um ano sem aumento real dos salários, o que evidencia a precarização do trabalho, e como saída, como sinalizado anteriormente pela própria Empresa que recorre aos serviços terceirizados beneficiando o capital privado com o pouco de recursos públicos destinados a saúde da população.

Conforme exposto, a experiência dos empregados da EBSEH evidencia que a organização sindical própria, democrática e classista constitui elemento central na defesa dos direitos trabalhistas e na luta por melhores condições de vida e trabalho. Os SINDSERHs emergem como resposta às limitações das formas tradicionais de representação e reafirmam a importância da ação coletiva na defesa do SUS e dos interesses da classe trabalhadora.

A consolidação dessas entidades depende do fortalecimento da participação de base, da transparência na gestão dos recursos e da formação política crítica, capazes de enfrentar as contradições estruturais do trabalho no setor público da saúde e contribuir para a construção de um projeto societário orientado pelos interesses da classe trabalhadora.

Trabalhadores de Portugal fazem greve geral contra Reforma Trabalhista



Depois de mais de 12 anos, os trabalhadores e trabalhadoras de Portugal fizeram uma grande demonstração de força no último dia 11 de dezembro, parando todo o país em uma greve geral convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical (CGTP) e pela União Geral dos Trabalhadores (UGT).

A paralisação ocorreu como uma arma importante na luta contra a reforma trabalhista que está tentando ser imposta pelo governo do primeiro-ministro Luis Montenegro, que agrava o corte dos direitos, aprofunda a precariedade e a terceirização, enfraquece a negociação coletiva, ataca as proteções à maternidade e facilita demissões.

Sob a palavra de ordem “O povo não quis o pacote do Luis” inúmeras manifestações e piquetes tomaram conta da capital do país, Lisboa e di-

versas outras cidades portuguesas.

Segundo uma resolução da CGTP, “a Greve Geral realizada no passado dia 11 de dezembro contou com uma participação massiva de trabalhadores do setor privado e do sector público. Com a adesão de mais de 3 milhões de trabalhadores, esta Greve Geral foi uma poderosa resposta à violenta ofensiva que representa o Pacote Laboral e à política de direita ao serviço dos grupos económicos e financeiros que ataca salários, direitos e serviços públicos”.

Para o Partido Comunista português, “a greve geral contou com o envolvimento, adesão e mobilização dos trabalhadores, muitos deles pela primeira vez, com vínculos efetivos e vínculos precários, de trabalhadores imigrantes, com a participação destacada da juventude e das mulheres. Foi uma greve com forte impacto na indústria,

serviços, transportes, cultura, no sector privado e no sector público”.

Ainda segundo o balanço publicado pelo Partido Comunista português no Avante, “podem recorrer ao ridículo para tentar diminuir o seu impacto. Podem entrar em negação ou dar agora cambalhotas, que, por muito que lhes custe, o pacote laboral foi definitivamente rejeitado em cada empresa, praça de greve, concentração e manifestação, que envolveram milhares de trabalhadores e amplas camadas da população e da juventude. Perante a dimensão da rejeição do pacote laboral e por maiores que sejam as manobras em curso, para manter e garantir ainda mais precariedade e os despedimentos, ou mais ataques aos horários de trabalho e aos salários, o único caminho possível é a sua retirada, na totalidade”.

Rumos da Luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal por mais um ano, seguimos com o nosso plano de assinaturas únicas de apoio, no valor de R\$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa 12 edições do Rumos da Luta e assim também contribui com a publicação da URC.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal

Feminicídios expõem desigualdades de classe e limites das leis no capitalismo no Brasil



O feminicídio é o assassinato de uma mulher em razão da sua condição de gênero. A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) o classifica como um homicídio qualificado e crime hediondo, aplicando-se em duas situações principais: violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação

O Brasil segue entre os países com maiores índices de feminicídio no mundo. Apesar da existência de leis específicas, como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015), a violência contra as mulheres não diminuiu de forma significativa. Em 2024, o país atingiu o maior número de casos desde a tipificação do crime, com 1.492 mulheres assassinadas por razões de gênero, uma média de quatro mortes por dia. Dados parciais de 2025 indicam que a situação permanece alarmante, com mais de 1.075 mortes registradas até setembro. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2,7 mil mulheres sofreram tentativas de feminicídio em 2025.

O Brasil bate recorde de agressões contra mulheres. O Fórum de Segurança Pública revela que 37,5% das brasileiras sofreram violência nos últimos 12 meses, totalizando mais de 21 milhões de vítimas. Esse é o pior índice desde 2017 e representa uma realidade assustadora: uma em cada três mulheres já sofreu algum tipo de violência. A maioria dos casos de feminicídio ocorre dentro de casa e é cometida por parceiros ou ex-parceiros. Nos bairros periféricos e áreas rurais, o acesso a serviços de proteção é limitado. Delegacias especializadas são escassas, o atendimento é precário e a resposta institucional costuma ser lenta. Medidas protetivas previstas em lei, quando concedidas, muitas vezes não são

fiscalizadas. Para mulheres de baixa renda, romper com um ciclo de violência implica custos materiais altos: abandonar o lar pode significar perder moradia, renda e redes de apoio. A dependência econômica do agressor segue sendo um fator central para a permanência em relações violentas. Enquanto isso, mulheres das classes mais altas conseguem recorrer a advogados, serviços psicológicos, redes de proteção privadas e maior visibilidade social.

As leis, embora importantes do ponto de vista simbólico e jurídico, não atacam as raízes estruturais da violência. No capitalismo, a desigualdade econômica empurra milhões de mulheres para relações de dependência financeira, impedindo que rompam ciclos de agressão. A falta de emprego, creches públicas, moradia digna e renda estável torna a denúncia um risco real de fome, abandono e violência ainda maior. O viés de classe também aparece no tratamento midiático e judicial dos casos. Feminicídios envolvendo mulheres de classes médias e altas costumam receber maior atenção da imprensa, mobilizando investigações rápidas e ampla cobertura. Já mortes de mulheres pobres, sobretudo negras, frequentemente são reduzidas a notas policiais, sem contextualização ou acompanhamento. A seletividade do luto público reforça a ideia de que algumas vidas importam mais do que outras.

Além disso, o Estado atua de forma punitiva após a violência ocorrer, mas investe pouco em prevenção. O sistema de justiça é lento, seletivo e racista: protege algumas mulheres, enquanto ignora outras. A lógica capitalista prioriza o lucro e o corte de gastos sociais, enfraquecendo

políticas públicas essenciais para a proteção da vida das mulheres.

Combater o feminicídio exige mais do que endurecer penas. Exige questionar um sistema que naturaliza a violência, precariza a vida das mulheres trabalhadoras e transforma direitos em privilégios de classe. Isso significa atacar o patriarcado em aliança com a luta contra o capitalismo.

Uma política efetiva deve começar pela autonomia material das mulheres: emprego digno, salário igual para trabalho igual, redução da jornada de trabalho e socialização das tarefas domésticas por meio de creches públicas, restaurantes populares e lavanderias comunitárias. Sem independência econômica, não há liberdade real.

É fundamental a expansão massiva de serviços públicos gratuitos e de qualidade, especialmente nas periferias: casas-abrigo bem estruturadas, atendimento psicológico contínuo, assistência jurídica acessível e equipes multidisciplinares que atuem de forma preventiva, não apenas após a violência extrema.

Por fim, enfrentar o feminicídio exige educação emancipadora, que questione desde cedo o machismo, a violência e a lógica de dominação. Uma sociedade baseada na exploração não pode oferecer igualdade substantiva. Somente com a superação das desigualdades de classe e a construção de um projeto socialista, centrado na vida e na dignidade humana, será possível romper o ciclo de violência que mata mulheres todos os dias no Brasil.

O feminicídio não é um desvio do sistema. Ele é um sintoma. E combater sintomas sem transformar a estrutura é condenar novas mulheres à mesma tragédia.

COMO SOCIEDADE, NÓS FICAMOS OU NÃO MELHORES COM O TEMPO?

É muito importante pensarmos se precisamos ou não escrever sobre tudo, principalmente no calor dos acontecimentos. Em tempos de redes sociais essa é uma preocupação que, constantemente, deve nos acompanhar.

Mas as vezes se torna necessário escrever sobre as coisas... às vezes até no calor dos acontecimentos... às vezes até para reafirmar velhas ideias ou simplesmente para tentarmos refletir sobre os acontecimentos.

Nestes dias muito duros uma ideia deve nos assolar: nós, como expressão da sociedade, ficamos melhores com o tempo?

No início podemos não compreender exatamente a natureza desta ideia, talvez seja uma esperança de que a resposta seja: sim! Ou seja, com o tempo nós nos tornamos, como sociedade, melhores. Como se o que somos como sociedade fosse a expressão do que somos individualmente, o que não é exatamente verdade.

Mas ocorre que a esperança deve ser vista com muitas ressalvas. Se pensarmos um pouco mais descobriremos que o que nos motiva a pensar sobre isso é a real vontade de responder a essa pergunta, ainda que a resposta não nos agrade. "E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo diante da chacina"

Façamos um recorte histórico e voltamos ao difícil ano de 1992. Será que entre 1992 e 2025 nós ficamos, como sociedade, melhores?

A satisfação popular diante da chacina na Penha, no Rio de Janeiro, não nos habilita a pensar que tenhamos melhorado.

Não se trata de ser "bolsominion", ou "pobre de direita", nem mesmo de ser "fascista", nem de "corpos", "cores", "gênero" ou quaisquer outras questões, se trata de embrutecimento, de um embrutecimento que não foi gerado pelo capitalismo, mas que certamente é aprofundado por ele, principalmente como forma de nos alienar.

Peço licença para fazer um recorte de uma experiência pessoal

Corria, talvez, o ano de 1980, talvez um pouco menos, talvez um pouco mais, trata-se uma memória de infância ou da construção de uma memória adquirida através do que ouvia meu pai me contar.

Nesse ano um primo foi assassinado pela ROTA, não me lembro muito dele, eu devia ter algo em torno de 9 anos quando do seu assassinato, mas sei que ele foi assassinado após fazer alguns roubos.

Ele tinha antecedentes criminais, já havia sido preso, era o tipo de pessoa que se tornara alvo para as fardas e, como havia se tornado alvo, um dia as fardas o acertaram.

Não fui ao seu enterro, à época, e depois, já mais velho, ouvi meu pai dizer que quando ele compareceu ao IML para liberar o corpo, um médico havia lhe dito que meu primo não havia morrido em "confronto", mas sob tortura, que seus pulsos estavam cortados pelas algemas e que seu corpo es-

tava coberto de hematomas e machucados, esse médico teria perguntado ao meu pai se ele queria que essas informações constassem no laudo que ele emitiria para confecção do Atestado de Óbito.

Pensando hoje aquele médico devia não concordar com o que seus amigos de profissão faziam, emitir laudos fraudulentos para beneficiar as forças de repressão, enfim, devia ser uma pessoa com coragem e senso de justiça apurados.

Corria o ano de 1980, ainda vivíamos sob uma ditadura que, inclusive, incentivava esse tipo de situação (mas que não a havia criado, a Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo tinha como seu principal expoente um delegado chamado Fleury, que antes mesmo de 1964, já era um bandido a serviço do Estado, assassinatos, torturas, roubos e extorsão estavam entre as suas notórias habilidades), meu pai optou que isso nunca viesse à tona.

Para todos os fins e efeitos meu primo havia morrido vítima de tiros provenientes de um confronto. Já naquela época eu ouvia a frase que tem sido muito repetida atualmente: bandido bom é bandido morto!

Sinceramente, na família expandida nunca houve grandes lamentos pela morte do meu primo, inclusive, anos depois, alguns outros primos que eram da polícia não disfarçavam o prazer pela forma como esse primo havia morrido. Esse foi meu primeiro contato com a violência do Estado e, certamente, na ocasião eu não refleti sobre ela.

Passados muitos anos percebi que essa violência nos acompanhou com muita proximidade, nós, trabalhadores, não falamos dela por suposição, conhecemos de perto, sempre que nos revoltamos e nos colocamos contra a opressão que nos rodeia somos levados a conhecer o interior da viatura e da delegacia.

O popular "tapa na cara pra mostrar quem é que manda"? Nos é íntimo! E as borrachadas...essas doem pacas...já as tomamos no lombo...e muitos de nós, em especial os que lutam por dignidade, por moradia, saúde, educação, trabalho, enfim, os que lutam, sabem como é ruim respirar gás lacrimogêneo!

Em todas as vezes que a violência do Estado se expressou de maneira mais brutal na sociedade houve alguém que, se não concordou diretamente com ela, sem muita desfaçatez, concordou veladamente.

Em 1992 essa violência esteve próxima de mim novamente, peço licença para contar um destes "causos" que me acompanha. No Carandiru, "residia temporariamente" o irmão de um conhecido que se safou de virar estatística por sorte (e por se esconder embaixo dos corpos dos mortos) e anos depois, já como diretor de escola, conheci outro sobrevivente, pai de um aluno, que me contou uma ou outra história sobre aquela tragédia.

Naquele ano, e naquele local, fo-

ram assassinados 111 presos, mas, como se diz: "bandido bom é bandido morto". Exemplos dessas violências não faltam, alguns deles, mas não todos: 1994 – Complexo do Alemão, 14 mortos, 1998 – Vila Operária – RJ, 23 mortos, 2003 – Complexo do Alemão (novamente) 19 mortos, 2021 – Vila Cruzeiro – RJ, 25 mortos, 2023/24 – Baixada Santista, 84 mortos, 2025 Rio de Janeiro, 119 mortos...

E a pergunta que deve nos atazanar as ideias persiste: nós, como sociedade, ficamos melhores com o tempo?

A resposta talvez continue sendo não!

E não por alguma outra razão que não seja o embrutecimento a que estamos sujeitos, não é por outra razão que não seja pelos efeitos que o capitalismo gera em cada uma das pessoas que "nada tem a perder a não ser suas algemas".

Que a burguesia se delicie com a barbárie é de se esperar, afinal de contas, ela é fiadora da violência!

Mas nós, trabalhadores, só nos deliciamos e regozijamos diante dela porque fomos incentivados a sermos nossos inimigos, porque nós, que nada temos a perder, somos levados a acreditar no contrário, que temos tudo a perder e que quem nos tomara são os "pés descalços" que são assassinados em cada uma mais nova chacina.

Não nos iludamos: o crime é aliado da burguesia e cumpre papel importante na opressão da classe trabalhadora.

E não devemos nos iludir: os verdadeiros criminosos que financiam essa opressão não estão de fuzil na mão enfrentando as fardas. Nessa guerra, em ambos os lados, só lutam os peões.

Nós não ficamos melhores, em 1980, ou em 1992, ou em 2023/24, ou agora, em 2025, seja com o meu primo ou com os outros 314 primos de alguém, o silêncio sorridente é o mesmo, e isso nada tem a ver com corpos, cores, fascistas, bolsominions, pobres de direita ou o que quer que se diga, tinha em 1980, e continua tendo em 2025, a ver com quem oprime e com quem é oprimido, de um lado continua a burguesia e do outro os filhos da classe trabalhadora que, por vários motivos gerados pelo sistema capitalista, são levados ao crime e nele abastecem as estatísticas das chacinas que se foram e de todas as outras que ainda virão.

Não há saída dentro do capitalismo e à esquerda da ordem é conivente com ela, pois existe para administrar os interesses capitalistas e impedir a revolução, única forma de superação das contradições do capitalismo. Enquanto os corpos de 119 assssinados no Rio de Janeiro esfriavam em praça pública o governador do Ceará felicitava as fardas de lá pela morte de 7 bons bandidos, ou seja, mortos!

Ao que nos consta este último não é de direita...

Marco de Abreu